



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

DECRETO Nº 5.934, DE 20 DE ABRIL DE 2004.

- Vide Lei nº 17.257, de 25-01-2011, nova estrutura.

- Vide Decreto nº 7.477, de 07-11-2011, que Aprova o Regulamento da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal.

- Revogado pelo Decreto nº 9.766, de 14-12-2020.

~~Aprova o Regulamento da Agência Goiana do Sistema Prisional— AGESP e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23203412;~~

~~D E C R E T A :—~~

~~Art. 1º Fica aprovado o anexo Regulamento da Agência Goiana do Sistema Prisional— AGESP.—~~

~~Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se, expressamente, o Decreto nº 5.605, de 17 de junho de 2002, o Regulamento por ele aprovado e o art. 2º do Decreto nº 5.742, de 31 de março de 2003.—~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 20 dias do mês de abril de 2004, 116ª da República.~~

~~MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR~~

~~Ivan Soares de Gouvêa~~

~~Jônathas Silva~~

~~(D.O. de 26-04-2004)~~

-

REGULAMENTO DA AGÊNCIA GOIANA DO SISTEMA PRISIONAL

TÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

~~Art. 1º A Agência Goiana do Sistema Prisional, criada pela Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, é entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, subordinada à Secretaria da Segurança Pública e Justiça.~~

~~Art. 2º Compete à Agência Goiana do Sistema Prisional:~~

~~I—executar as diretrizes da política prisional e das medidas de segurança do Estado de Goiás, estabelecidos no seu Plano Diretor e pela Secretaria da Segurança Pública e Justiça;~~

~~II—estabelecer e executar o Sistema Prisional do Estado de Goiás;~~

~~III—dar cumprimento à legislação federal, estadual e aos demais atos normativos relacionados com execução penal, prisão provisória e medidas de segurança, coordenando e supervisionando a sua aplicação;~~

~~IV—apoiar e supervisionar a execução penal e as medidas de segurança no Estado de Goiás;~~

~~V—implantar e implementar a execução das penas não privativas de liberdade e das medidas de segurança no Estado de Goiás;~~

~~VI—coordenar a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais afetos ao Sistema Prisional do Estado;~~

~~VII—firmar convênios e parcerias com organizações governamentais e não governamentais, órgãos federais, estaduais e municipais, organismos internacionais, públicos ou privados, e a iniciativa privada para a consecução dos objetivos colimados.~~

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA E COMPLEMENTAR

~~Art. 3º As unidades administrativas que constituem a estrutura básica e complementar da Agência Goiana do Sistema Prisional são as seguintes:~~

~~I—Conselho de Gestão;~~

~~II—Diretoria Executiva;~~

~~III—Presidência;—~~

- ~~a) Gerência da Assessoria de Planejamento;—~~
- ~~b) Gerência da Assessoria de Comunicação Social;—~~
- ~~c) Gerência da Assessoria Militar;—~~
- ~~d) Gerência da Assessoria Jurídica;—~~
- ~~e) Gerência da Assessoria Parlamentar;—~~
- ~~f) Gerência da Assessoria de Informática;—~~
- ~~g) Gerência da Comissão Permanente de Licitação;—~~
- ~~h) Gerência da Secretaria Geral;—~~
- ~~i) Gerência da Assessoria de Qualidade;—~~

~~IV—Chefia de Gabinete;—~~

~~V—Diretoria Administrativa e Financeira;—~~

- ~~a) Gerência Financeira e Orçamentária;—~~
- ~~b) Gerência de Recursos Humanos;—~~
- ~~c) Gerência de Aproveitamento;—~~
- ~~d) Gerência de Serviços Administrativos e Manutenção;—~~
- ~~e) Gerência de Material e Patrimônio;—~~
- ~~f) Gerência de Transportes;—~~
- ~~g) Gerência de Infra-Estrutura;—~~

~~VI—Diretoria de Recuperação e Produção;—~~

- ~~a) Gerência de Assistência Psicológica;—~~
- ~~b) Gerência de Assistência Social e Pedagógica;—~~
- ~~c) Gerência de Assistência à Saúde;—~~
- ~~d) Gerência de Assistência Judiciária;—~~
- ~~e) Gerência de Produção Industrial;—~~
- ~~f) Gerência de Produção Agropecuária;—~~

~~VII—Diretoria de Segurança;—~~

- ~~a) Gerência de Cadastro e Controle;—~~
- ~~b) Gerência de Planejamento e Operações;—~~
- ~~c) Gerência de Supervisão e Formação de Pessoal;—~~

~~VIII—Unidades Prisionais;—~~

- ~~a) Gerência de Unidades Prisionais—Porte I;—~~
- ~~b) Gerência de Unidades Prisionais—Porte II;—~~
- ~~c) Gerência de Unidades Prisionais—Porte III;—~~

TÍTULO III

DO CAMPO FUNCIONAL DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE GESTÃO

Seção I

Da Finalidade

~~Art. 4º O Conselho de Gestão, integrante da Agência Goiana do Sistema Prisional—AGESP, por força do art. 8º da Lei nº~~

13.550, de 11 de novembro de 1999, e definido pelo Decreto nº 5.142, de 11 de novembro de 1999, tem por finalidade:

- ~~I—fixar a orientação geral dos seus trabalhos e negócios da Agência, em consonância com os planos de ação do Governo do Estado;~~
- ~~II—aprovar as propostas de planos, programas, projetos e orçamentos, a serem encaminhadas ao Governo do Estado;~~
- ~~III—supervisionar a execução de planos, programas e projetos;~~
- ~~IV—manifestar-se sobre os relatórios e as contas da Diretoria Executiva;~~
- ~~V—aprovar o regimento interno e outras normas de funcionamento do Conselho de Gestão;~~
- ~~VI—aprovar propostas de contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;~~
- ~~VII—aprovar propostas de aquisição ou alienação de bens imóveis;~~
- ~~VIII—fiscalizar os atos de gestão da Diretoria Executiva e dos seus membros, podendo solicitar, a qualquer tempo, as informações e os subsídios que julgar necessários;~~
- ~~IX—elaborar e apresentar ao Governador do Estado, no mês de fevereiro de cada ano, relatório anual sobre os trabalhos e negócios da Agência realizados no exercício anterior.~~

Seção II

Da Organização do Colegiado

Subseção I

Da Composição

Art. 5º O Conselho de Gestão será integrado por 05 (cinco) membros, sendo:

- ~~I—o Secretário da Segurança Pública e Justiça, o seu Presidente;~~
- ~~II—o Presidente da Agência Goiana do Sistema Prisional, o seu Vice-Presidente;~~
- ~~III—01 (um) representante do Governo do Estado;~~
- ~~IV—02 (dois) representantes de entidades da sociedade civil, cujos objetivos estejam diretamente relacionados com os da Agência.~~

~~Art. 6º Os representantes mencionados nos incisos III e IV do art. 5º deste Regulamento e respectivos suplentes serão indicados pelo Presidente da Agência ao titular da Secretaria jurisdicionante e designados pelo Chefe do Poder Executivo.—~~

~~Parágrafo único. Os suplentes do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Gestão serão por eles indicados.~~

Subseção II

Do Funcionamento

~~Art. 7º O Conselho de Gestão funcionará na sede da AGESP e reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.~~

~~§ 1º Para a realização das reuniões será exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros.~~

~~§ 2º Os Conselheiros suplentes, quando não substituindo os titulares, somente poderão participar das reuniões com direito a voz.~~

~~Art. 8º As deliberações do Conselho de Gestão, observado o quorum mínimo, serão tomadas pela maioria dos membros presentes.~~

~~§ 1º As deliberações serão expressas através de resoluções, assinadas pelo seu Presidente.~~

~~§ 2º O Presidente terá direito a voto e também o de desempate.~~

~~§ 3º As resoluções a serem publicadas no Diário Oficial do Estado serão definidas pelo Conselho.~~

Seção III

Das Atribuições dos Membros do Colegiado

Subseção I

Do Presidente do Conselho de Gestão

Art. 9º São atribuições do Presidente do Conselho de Gestão:

- ~~I—convocar e presidir as reuniões do Conselho;~~
- ~~II—expedir resoluções, atos e portarias decorrentes das suas decisões;~~
- ~~III—cumprir, fazer cumprir e fiscalizar a execução das suas decisões;~~
- ~~IV—dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Conselho e as dos demais membros;~~

~~V—representar o Conselho nos atos que se fizerem necessários, perante os órgãos e entidades dos poderes municipal, estadual e federal e/ou particulares;~~

~~VI—propor a pauta de reuniões;~~

~~VII—proferir, além do voto nominal, o de desempate nas deliberações, quando necessário;~~

~~VIII—assinar as resoluções;~~

~~IX—coordenar e orientar a elaboração do relatório anual de atividades da Agência;~~

~~X—designar membros para compor comissões;~~

~~XI—expedir, ad referendum do Conselho, normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos;~~

~~XII—expedir os atos administrativos que se fizerem necessários; XIII—abrir, rubricar e encerrar os livros do Conselho;~~

~~XIV—resolver as questões de ordem que forem levantadas nas reuniões plenárias;~~

~~XV—praticar os demais atos indispensáveis ao cumprimento das suas finalidades.~~

Subseção II

Do Vice-Presidente do Conselho de Gestão

~~Art. 10. São atribuições do Vice-Presidente do Conselho de Gestão:~~

~~I—representar o Presidente em suas ausências ou impedimentos, com as mesmas prerrogativas a este conferidas;~~

~~II—assessorar o Presidente em todas as suas atividades e exercer as funções inerentes à Presidência, na hipótese de delegação de atribuição;~~

~~III—coordenar os serviços administrativos do Conselho de Gestão;~~

~~IV—requisitar ou solicitar dos órgãos públicos certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes ou processos administrativos, de interesse da AGESP;~~

~~V—praticar os demais atos indispensáveis ao cumprimento das finalidades do Conselho.~~

Subseção III

Des Conselheiros

~~Art. 11. São atribuições dos Conselheiros do Conselho de Gestão:~~

~~I—apreciar e deliberar sobre os assuntos constantes da pauta das reuniões;~~

~~II—comparecer às reuniões, justificando suas faltas e impedimentos;~~

~~III—relatar os processos que lhes forem distribuídos, proferindo o voto, a seguir;~~

~~IV—apreciar e requerer vista de processos que não estejam suficientemente esclarecidos, solicitando as diligências necessárias;~~

~~V—requerer, justificadamente, que constem da pauta assuntos que devam ser objeto de discussão e deliberação;~~

~~VI—requerer ao plenário a solicitação de pareceres externos;~~

~~VII—participar das sessões e votar as matérias em deliberação, salvo impedimento;~~

~~VIII—relatar matérias que lhes forem destinadas, dentro do prazo de 15 (quinze) dias ou outro designado, se o assunto assim o exigir, proferindo o seu voto na sessão imediata ao vencimento do prazo;~~

~~IX—propor ou requerer esclarecimentos que lhes forem úteis à melhor apreciação das matérias a serem deliberadas.~~

Seção IV

Disposições Gerais

~~Art. 12. O Conselho de Gestão deverá entrar em funcionamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação deste Regulamento.~~

~~Art. 13. O exercício da função de membro do Conselho de Gestão não será remunerado, sendo considerado como serviço relevante prestado ao Estado.~~

~~Art. 14. Os assuntos tratados e as decisões tomadas nas reuniões do Conselho ficarão registrados em atas cuja aprovação se fará na reunião seguinte.~~

~~Art. 15. O Conselho de Gestão, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos.~~

CAPÍTULO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

~~Art. 16. Compete à Diretoria Executiva, composta pela Presidência e pelas Diretorias Setoriais, o exercício dos poderes legais inerentes à administração da AGESP, em consonância com as diretrizes emanadas do seu Conselho de Gestão.~~

CAPÍTULO III

DA GERÊNCIA DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

~~Art. 17. Compete à Gerência da Assessoria de Planejamento: I—desenvolver as funções de planejamento, estatística, pesquisa e informação, orçamento e modernização de gestão;~~

~~II—promover a integração funcional na AGESP e desta com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento—SEPLAN, através da Superintendência de Planejamento e Controle;~~

~~III—coordenar a elaboração de programas integrantes do Plano Plurianual-PPA da AGESP;~~

~~IV—coordenar a elaboração da proposta orçamentária da Agência;~~

~~V—promover e garantir a atualização permanente do Sistema de Informações Gerenciais—Controladoria com os dados referentes aos programas do Plano Plurianual—PPA, visando ao acompanhamento, à monitorização e à avaliação das ações governamentais;~~

~~VI—promover e disponibilizar dados estatísticos e informações para subsidiar o planejamento e a elaboração de estudos e pesquisas, em estreita articulação com a SEPLAN;~~

~~VII—levar a efeito programas de reforma e modernização administrativa, em conjunto com a SEPLAN, através da Chefia de Assessoria Técnica e Planejamento;~~

~~VIII—promover a coleta de informações técnicas definidas pela SEPLAN;~~

~~IX—manter estreita articulação com a SEPLAN através da Superintendência de Planejamento e Controle;~~

~~X—outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO IV

DA CHEFIA DE GABINETE

~~Art. 18. Compete à Chefia de Gabinete:~~

~~I—assistir o Presidente no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais;~~

~~II—coordenar a agenda do Presidente;~~

~~III—promover e articular os contatos sociais e políticos do Presidente;~~

~~IV—atender as pessoas que procuram o Gabinete do Presidente, orientá-las e prestar-lhes as informações necessárias, encaminhando-as, quando for o caso, ao titular;~~

~~V—outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO V

DAS DIRETORIAS SETORIAIS

Seção I

Da Diretoria Administrativa e Financeira

~~Art. 19. Compete à Diretoria Administrativa e Financeira:~~

~~I—coordenar, através das suas unidades, as atividades relacionadas com recursos humanos, serviços administrativos, orçamento e sua execução, tesouraria e contabilidade financeira e patrimonial;~~

~~II—promover a análise de relatórios envolvendo os programas e planos de trabalho relativos à sua área;~~

~~III—coordenar a programação financeira da Agência;~~

~~IV—promover a elaboração detalhada do cronograma de desembolso e fluxo de caixa, no detalhamento e pagamentos solicitados;~~

~~V—coordenar os serviços bancários da Agência;~~

~~VI—promover a cobrança e o controle dos processos de prestação de contas de adiantamento e acompanhar a aplicação das verbas oriundas de contratos e convênios, de acordo com a legislação vigente;~~

~~VII—supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial da Agência;~~

~~VIII—supervisionar a elaboração de relatórios mensais sobre a posição de contas a pagar, por cliente, por tipo de serviços e programas especiais;~~

~~IX—coordenar as ações referentes ao material e à infra-estrutura da área de segurança das unidades prisionais;~~

~~X—outras atividades correlatas.~~

Seção II

Da Diretoria de Recuperação e Produção

Art. 20. Compete à Diretoria de Recuperação e Produção:

- I—coordenar as atividades relacionadas aos presos provisórios e aos sentenciados, objetivando a sua recuperação e inserção social, bem como a dos internos, visando à cessação de periculosidade;
- II—coordenar as atividades laborativas dos privados de liberdade e dos submetidos à medida de segurança na produção industrial, agropecuária, e nos serviços gerais;
- III—promover a análise de relatórios envolvendo programas e planos de trabalho relativo à área;
- IV—supervisionar a elaboração dos relatórios mensais de atividades desenvolvidas;
- V—promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais afetos à área;
- VI—outras atividades correlatas.

Seção III

Da Diretoria de Segurança

Art. 21. Compete à Diretoria de Segurança:

- I—promover a execução da política operacional de segurança nos estabelecimentos prisionais do Estado;
- II—promover a elaboração de planos e diretrizes referentes à segurança das unidades prisionais;
- III—coordenar as atividades de segurança desenvolvidas pelos estabelecimentos prisionais;
- IV—coordenar a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais da área de segurança;
- V—coordenar o cadastro geral e cartorial da população carcerária da Agência;
- VI—coordenar os deslocamentos e remoções dos presos provisórios e sentenciados;
- VII—outras atividades correlatas.

TÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PRINCIPAIS DIRIGENTES

CAPÍTULO I

DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 22. São atribuições dos integrantes da Diretoria Executiva:

- I—dirigir a execução de programas e projetos da AGESP;
- II—promover reuniões com os responsáveis pelas gerências para a coordenação das atividades das Diretorias;
- III—traduzir em relatórios de atividades o resultado da análise da eficiência operacional e a sua avaliação;
- IV—administrar, racionalmente, os recursos disponíveis combatendo toda e qualquer forma de desperdício;
- V—fornecer subsídios para as decisões relativas a planos, programas e projetos de interesse da Agência;
- VI—oferecer sugestões voltadas à melhoria da eficiência e eficácia das atividades e dos serviços prestados pelo setor público relativos às funções desenvolvidas pela Agência;
- VII—identificar a necessidade de ações que envolvam diferentes entidades ou exijam tratamento especial de coordenação;
- VIII—outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II

DO PRESIDENTE

Art. 23. São atribuições do Presidente da AGESP:

- I—representar a AGESP, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e nas suas relações com terceiros;
- II—coordenar e dirigir todos os setores da Agência, através dos Diretores responsáveis;
- III—relacionar-se com as autoridades federais, estaduais e municipais, relativamente aos assuntos de interesse da Agência;
- IV—promover a administração geral da Agência, em estrita observância às disposições legais;
- V—exercer a liderança política e institucional da AGESP;
- VI—assessorar o Governador em assuntos de competência da Agência;
- VII—fazer indicações ao Governador para o provimento de cargos em comissão e prover encargos gratificados no âmbito da Agência;

- ~~VIII—apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões das Diretorias da Agência;~~
- ~~IX—emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre assuntos submetidos à sua apreciação;~~
- ~~X—executar a programação da AGESP aprovada pelo seu Conselho de Gestão;~~
- ~~XI—expedir resoluções da Diretoria Executiva sobre a organização interna da Agência, não envolvida por atos normativos superiores, e sobre a aplicação de leis, decretos e outras disposições de interesse da AGESP;~~
- ~~XII—estabelecer as parcerias de interesse da Agência no sentido de promover a captação de recursos técnicos, financeiros e materiais;~~
- ~~XIII—orientar e determinar a realização de auditorias internas;~~
- ~~XIV—delegar atribuições;~~
- ~~XV—aprovar, no limite de suas atribuições, despesas e dispêndios da Agência;~~
- ~~XVI—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Governador.~~

CAPÍTULO III

DO GERENTE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Art. 24. São atribuições do Gerente da Assessoria de Planejamento:

- ~~I—preparar expedientes, relatórios e outros documentos de interesse geral da AGESP;~~
- ~~II—despachar diretamente com o Presidente;~~
- ~~III—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;~~
- ~~IV—zelar pelo cumprimento da legislação de reforma e de organização administrativa;~~
- ~~V—avaliar a coleta de informações técnicas definidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;~~
- ~~VI—participar da elaboração do Programa de Capacitação da Agência, de forma que os técnicos possam desenvolver com competência o exercício das funções de planejamento, orçamento, estatística, pesquisa e informação, e modernização de gestão;~~
- ~~VII—responsabilizar-se pela atualização permanente do Sistema de Informações Gerenciais—Controladoria com os dados referentes aos programas do Plano Plurianual—PPA, visando ao acompanhamento, à monitorização e à avaliação das ações governamentais;~~
- ~~VIII—participar da elaboração dos programas integrantes do Plano Plurianual—PPA da Agência, em estreita integração com a SEPLAN;~~
- ~~IX—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.~~

CAPÍTULO IV

DO CHEFE DE GABINETE

Art. 25. São atribuições do Chefe de Gabinete:

- ~~I—responsabilizar-se pela qualidade e eficiência das atividades de atendimento direto ao Presidente;~~
- ~~II—responsabilizar-se pelas atividades de relações públicas e assistir o Presidente em suas representações política e social;~~
- ~~III—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;~~
- ~~IV—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.~~

CAPÍTULO V

DOS DIRETORES SETORIAIS

Seção I

Do Diretor Administrativo e Financeiro

Art. 26. São atribuições do Diretor Administrativo e Financeiro:

- ~~I—supervisionar as atividades de contabilidade e a elaboração das demonstrações contábeis e financeiras da Agência;~~
- ~~II—programar, organizar, orientar e coordenar as atividades financeiras e administrativas da Agência;~~
- ~~III—analisar a viabilidade de reparos em materiais e equipamentos da Agência, providenciando sua recuperação quando conveniente;~~
- ~~IV—praticar atos administrativos relacionados com o sistema financeiro e de administração, em articulação com os respectivos responsáveis;~~
- ~~V—supervisionar o controle dos registros de estoque de material para que sejam mantidos os níveis adequados às necessidades programadas;~~

- financeira;
- correlatos;
- ~~VI—visar documentos relacionados com a movimentação de numerário;~~
 - ~~VII—opinar, com exclusividade, nos processos submetidos à sua apreciação;~~
 - ~~VIII—supervisionar as atividades referentes a pagamentos, recebimentos, controle de movimentação e disponibilidade~~
 - ~~IX—assinar, em conjunto com o ordenador de despesas, os documentos de execução orçamentária, financeira e outros~~
 - ~~X—coordenar a movimentação dos fundos e adiantamentos;~~
 - ~~XI—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;~~
 - ~~XII—delegar atribuições do seu cargo com o conhecimento prévio e expresse do Presidente;~~
 - ~~XIII—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.~~

Seção II

Do Diretor de Recuperação e Produção

Art. 27. São atribuições do Diretor de Recuperação e Produção:

- ~~I—supervisionar as atividades relacionadas aos presos provisórios e sentenciados, objetivando a sua recuperação e inserção social, bem como as dos internos, visando à cessação de periculosidade;~~
- ~~II—supervisionar as atividades laborativas dos privados de liberdade e dos submetidos à medida de segurança na produção industrial, agropecuária e nos serviços gerais;~~
- ~~III—promover a análise de relatórios que envolvam programas e planos de trabalho;~~
- ~~IV—elaborar relatórios mensais das atividades desenvolvidas;~~
- ~~V—coordenar e supervisionar a capacitação e o aperfeiçoamento, no trabalho, dos profissionais afetos à área;~~
- ~~VI—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;~~
- ~~VII—delegar atribuições do seu cargo com o conhecimento prévio e expresse do Presidente;~~
- ~~VIII—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.~~

Seção III

Do Diretor de Segurança

Art. 28. São atribuições do Diretor de Segurança:

- agência;
- prisional;
- ~~I—executar a política operacional de segurança dos estabelecimentos prisionais do Estado;~~
 - ~~II—elaborar e executar os planos e diretrizes referentes à segurança das unidades prisionais da AGESP;~~
 - ~~III—programar, organizar, orientar e coordenar as atividades de segurança desenvolvidas nas unidades prisionais da~~
 - ~~IV—programar, organizar e orientar a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais da área de segurança do sistema~~
 - ~~V—organizar e orientar o cadastro geral e cartorial da população carcerária da Agência;~~
 - ~~VI—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;~~
 - ~~VII—delegar atribuições do seu cargo com o conhecimento prévio e expresse do Presidente;~~
 - ~~VIII—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.~~

TÍTULO V

DISPOSIÇÃO GERAL E FINAL

Art. 29. Serão fixadas em Regimento Interno, pelo Presidente da Agência Goiana do Sistema Prisional, as competências e as atribuições dos dirigentes das unidades administrativas complementares integrantes da estrutura organizacional, após apreciação técnica da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, conforme o disposto no inciso III do art. 3º da Lei nº 14.383, de 31/12/02, que alterou o art. 20 da Lei nº 13.456, de 16/04/99.

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 26.04.2004.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgãos Relacionados	Diretoria-Geral de Polícia Penal - DGPP Poder Executivo Secretaria de Estado da Administração - SEAD Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP
Categoria	Regulamentos e estatutos